

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.316 - GO (2014/0327516-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **ESTADO DE GOIÁS**  
**PROCURADOR** : **ELMIRO IVAN BARBOSA DE SOUZA E OUTRO(S)** -  
GO022342  
**RECORRIDO** : **EDILSON OSORIO SEVERINO**  
**ADVOGADO** : **SIMONE ALVES BASÍLIO E OUTRO(S)** - GO020268

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Estado de Goiás** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (fls. 205/207):

*APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRIMEIRO APELO. PENSIONAMENTO. VÍTIMA DO CÉSIO 137. MONITORAMENTO E REMOÇÃO DOS REJEITOS RADIOATIVOS. PORTADOR DE DOENÇA CRÔNICA. PREENCHIMENTO/ DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 14.226/02. PAGAMENTO RETROATIVO. APLICAÇÃO DO ART. 730 DO CPC. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE ACORDO COM A LEI Nº 9.494/97 ALTERADA PELA LEI Nº 11.960/09. SEGUNDA APELAÇÃO. DANO MORAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REORGANIZAÇÃO.*

*1. Comprovado pela SULEIDE - Superintendência Leide das Neves Ferreira - que o apelado é portador de doença crônica - hipertensão arterial, e que esteve empregado na área de preservação do local onde ocorreu o acidente Radioativo do Césio 137, ficando lotado no local do acidente em todo período, até a remoção dos rejeitos radioativos para a cidade de Abadia de Goiás - GO, o mesmo faz jus ao recebimento da pensão especial estabelecida pela Lei Estadual nº 14.226/02.*

*2. O simples fato de o nome do 1º apelado não figurar no Anexo II da Lei nº 14.226/02 e de não ter sido monitorado pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD/CNEN) (fl. 52), não afasta o dever do Estado de pensionar o militar que se pôs à sua disposição, segundo provas nos autos, quando do acidente radioativo com o césio 137, de comoção mundial.*

*3. A execução das parcelas vencidas antes do trânsito em julgado da decisão é feita consoante o rito do art. 730 do CPC,*

# Superior Tribunal de Justiça

*sujeitando-se à expedição de precatório, razão pela qual, em tal hipótese, não cabe a fixação de multa diária por descumprimento do comando judicial.*

*Precedentes do STJ.*

*4. Correta a sentença que determinou fossem os valores devidos corrigidos nos termos da Lei nº 9.494/97 com redação alterada pela Lei nº 11.960/09.*

*5. O direito de se pleitear indenização em face da Fazenda Pública prescreve em 5 (cinco) anos, nos termos do art. 1º do Dec. 20.910/32; contudo, o termo inicial ao cômputo prescricional deve corresponder à data em que o paciente teve ciência inequívoca da moléstia a qual foi acometido pelo acidente radioativo pelo Césio 137, pois não seria exigível que postulasse indenização antes de tomar conhecimento, de modo cabal e definitivo, da sua atual condição.*

*6. Verificada a superveniência de doença grave e crônica à vítima, caracterizado está o dano moral, pois só quem vive sob o estigma do Césio 137 pode descrever a magnitude das consequências sofridas, e, certamente, a dor desta marca dinheiro nenhum pode apagar, servindo, no entanto, como um paliativo à referida dor.*

*7. Diante do novo desfecho processual, e tendo o segundo apelante obtido total provimento de seus pedidos iniciais, deve-se, portanto, aplicar a regra do parágrafo único do art. 21 do CPC, arcando o primeiro recorrente com a totalidade das custas e honorários, já arbitrados pelo julgador a quo.*

**PRIMEIRO APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEGUNDA APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.**

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 128, 333, I, 460, 517 e 535, II, do CPC/73; e 1º do Decreto nº 20.910/32. Sustenta que: **(I)** o acórdão recorrido foi omissivo; **(II)** o recorrido não logrou êxito em comprovar que a moléstia crônica que o acomete decorre de sua exposição ao Césio-137; **(III)** a causa de pedir da exordial é a ocorrência do próprio acidente em si e não seu contato com o elemento radioativo, de modo que deve ser considerada ocorrida a prescrição; e **(IV)** o recorrido, quando da elaboração da apelação, intentou alterar a causa de pedir apresentada na exordial, o que configurou inovação recursal

indevida.

A ora recorrida deixou o prazo de contrarrazões transcorrer *in albis*, cf. certidão de fl. 316.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se que, com relação à tese de que o acórdão recorrido foi omissivo quanto ao argumento de que houve inovação recursal em sede de apelação, o apelo nobre não comporta conhecimento.

Isso porque o Tribunal *a quo* consignou que não seria possível conhecer dessa alegação de omissão, na medida em que ela não foi apresentada nos primeiros aclaratórios opostos, mas, tão somente, por ocasião da oposição dos segundos embargos, às fls. 261/276. Veja-se (fls. 284/285):

*É que inadmissível este recurso de esclarecimento pois, conforme sedimentado na jurisprudência dominante, "os segundos embargos de declaração só são admissíveis se os vícios neles apontados e compatíveis com sua natureza se alegam como existentes no acórdão que julgou os primeiros embargos..." (STF, Ag. 210.773-6/DF), no mesmo sentido RTJ 97/328, 97/1.113, 115/72, 116/324, 177/440, RSTJ 88/28, 111/246, RT629/123, 634/126.*

*Na espécie o embargante tenciona discutir os termos do acórdão proferido no apelo, e não nos primeiros embargos, o que lhe é vedado.*

Nesse ponto, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que seria vedado à parte buscar, em segundos

# Superior Tribunal de Justiça

aclaratórios, discutir termos do acórdão que julgou a apelação. Esbarra-se, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Quanto ao mais, observa-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Frise-se que o Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, dispensável a análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que, para o julgador, senão irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar. A propósito, confira-se: **AgRg no REsp 1.386.843/RS**, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 6/2/2014, DJe 24/02/2014; **REsp 804.921/AL**, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 15/5/2007, DJ 28/5/2007.

Afastada a violação ao art. 535 do CPC/73, constata-se que, no que atine ao cerne da controvérsia, a recorrente defende que não deveria ter sido declarada a responsabilidade estatal na hipótese, na medida em que a parte não teria comprovado o nexo de causalidade entre a contaminação sofrida e a moléstia crônica que o acomete.

Nesse sentido, nota-se que o órgão julgador *a quo* dirimiu a controvérsia asseverando que o ora recorrido cumpria os requisitos necessários para receber o pensionamento previsto na legislação estadual, tendo declarado, ademais, que foi demonstrada a responsabilidade estatal com relação aos danos morais sofridos. Veja-se (fls. 214/230):

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Desta feita, comprovado pela SULEIDE - Superintendência Leide das Neves Ferreira, que o apelado é portador de doença crônica - hipertensão arterial, e que esteve empregado na área de preservação do local onde ocorreu o acidente Radioativo do Césio 137, ficando empregado de serviço no local do acidente em todo período, até a remoção dos rejeitos radioativos para a cidade de Abadia de Goiás - GO, o mesmo faz jus ao recebimento da pensão especial estabelecida pela Lei Estadual nº 14.226/02.*

*O simples fato de o nome do 1º apelado não figurar no Anexo II da Lei nº 14.226/02 e de não ter sido monitorado pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD/CNEN) (fl. 52), não afasta o dever do Estado de pensionar o militar que se pôs à sua disposição, segundo provas nos autos, quando do acidente radioativo com o césio 137, de comoção mundial.*

*[...]*

*De fato, não se mostra plausível que o Estado, com o intento de negar o benefício postulado, defenda a inexistência de provas quanto à contaminação do interessado pelo césio 137. A circunstância de este não ter sido monitorado pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria (fl. 52) não induz à conclusão de que não tenha sido exposto à radiação. Aliás, a constatação evidencia apenas que o, ente público certamente não acompanhou efetivamente todos os servidores que, a mando da Administração, se deslocaram para as áreas de risco.*

*Sendo assim, não vejo razão para lançar qualquer modificação no decisum supra, pois que consentâneo com as provas dos autos.*

*[...]*

*E de uma percuciente análise do caso focado, em face dos elementos circunstanciais que figuram no bojo dos autos, tenho que as provas produzidas revelam-se consistentes para se estruturar, uma convicção, em ordem a induzir com segurança a alegação contida na inicial.*

*É de conhecimento notório que o acidente radioativo com Césio 137 causou uma comoção muito grande na população em geral, em especial na. goiana, ante o temor das consequências vindouras e até então desconhecidas.*

*De fato, correta se mostra a afirmação lançada na inicial de que: "as pessoas amedrontadas ao saber que estão perto de uma pessoa que traz as marcas do acidente radioativo, é uma situação que inevitavelmente causa constrangimento e dor àquele que se encontra na posição de rejeição, e de igual forma, é inconcebível aceitar a indiferença do Estado com a condição*

# Superior Tribunal de Justiça

*social dessas pessoas (...)." (fl. 07).*

*Sendo noticiado pela mídia da época, vários servidores públicos se opuseram a trabalhar próximo ao local do acidente e das pessoas já contaminadas pelo Césio 137, porém, o segundo apelante se pôs à disposição do Estado prestando serviços na descontaminação das áreas atingidas pelo acidente desde o primeiro dia do isolamento até a remoção dos rejeitos para a cidade de Abadia de, Goiás, como provado nos autos, advindo daí, a moléstia crônica da qual foi acometido.*

*Só quem vive sob o estigma do Césio 137 pode descrever a magnitude das consequências sofridas, e, certamente, a dor desta marca dinheiro nenhum pode apagar, servindo, no entanto, como um paliativo à referida dor.*

*Diante deste contexto, não vejo razão para negar-lhe o direito ao recebimento da indenização por danos morais existentes na espécie. Porém, no que concerne ao quantum fixado a título de dano moral, sobreleva ressaltar que tal importância deve ser suficiente a mitigar a dor moral sofrida, buscando, com isso, impor uma penalidade ao ofensor.*

Desse modo, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem acerca da comprovação do preenchimento dos requisitos para a percepção da pensão estadual e da indenização por danos morais demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, bem como da legislação estadual aplicável ao caso, providências vedadas em recurso especial, conforme os óbices previstos na Súmula 7/STJ e 280/STF.

No que atine à alegação de que o TJGO teria anuído com indevida inovação recursal, na medida em que o recorrido teria intentado alterar a causa de pedir da exordial quando da interposição da apelação, nota-se que Tribunal de origem não se pronunciou sobre a referida tese, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, pois, incide o óbice da Súmula 211/STJ (*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo"*).

Ressalta-se que a fundamentação deficiente do apelo no tocante à negativa de prestação jurisdicional declaratória não permite, por consequência e *per saltum*, ingressar no

# Superior Tribunal de Justiça

exame da alegada afronta à matéria normativa de fundo, porquanto remanesce ausente o indispensável prequestionamento.

A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. IRREVERSIBILIDADE E SATISFAÇÃO DA MEDIDA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.*

*1. Considera-se genérica a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC consubstanciada na afirmação de que não foram analisados determinados dispositivos de Lei, uma vez que esta é incapaz de individualizar a omissão ocorrida no acórdão recorrido, bem como tornar clara sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos.*

*2. Descumprido o necessário e indispensável exame dos dispositivos de lei invocados pelo acórdão recorrido, apto a viabilizar a pretensão recursal do recorrente a despeito da oposição dos embargos de declaração. Incidência da Súmula 211/STJ.*

*3. Não configura contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que, no caso dos autos, limitou-se o agravante a alegar que o Tribunal de origem foi omissos quanto à análise dos dispositivos invocados, sem especificar em que consistiria a real ausência de pronunciamento e qual seria a relevância da tese suscitada apta a promover a alteração do julgado.*

*Agravo regimental improvido.*

**(AgRg no REsp 1.318.004/AM, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 21/3/2013, DJe 2/4/2013)**

No que diz respeito ao termo inicial do prazo prescricional (tese de violação ao art. 1º do Decreto nº 20.910/32), percebe-se que o Tribunal *a quo* dirimiu a controvérsia considerando que a data da constatação da enfermidade deveria ser tida como marco para o início da contagem da prescrição. Leia-se (fl. 222):

*Analizando detidamente os autos, nota-se que os atestados médicos de fls. 25/26, datados de 09/05/2009 e 27/04/2009, já*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*relatavam a existência de uma patologia crônica, e que a Comissão de Avaliação da SULEIDE - Superintendência Leide das Neves Ferreira, posteriormente reafirma a existência da dita enfermidade.*

*Sendo assim, é crível tomarmos em consideração a data de 27/04/2009 como marco inicial para a prescrição quinquenal, por ter sido este o dia em que o paciente tomou conhecimento de forma inequívoca da doença crônica pelo qual foi acometido em decorrência do acidente radioativo com o Césio 137; e como a ação foi protocolada no dia 24/06/2009, não há que se falar em prescrição ao direito de pleitear a indenização por danos morais.*

Nesse ponto, o acórdão recorrido está em perfeita consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal, o qual já julgou, em caso análogo, nesse mesmo sentido. Confira-se:

**ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO DE MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. CONTATO COM ÁREA AFETADA PELOS EFEITOS DO CÉSIO 137. PRESCRIÇÃO. DATA DA CONSTATAÇÃO DA DOENÇA. APRECIACÃO DE NORMAS ESTADUAIS. SÚMULA 280/STF.**

**1. O acórdão recorrido não infringiu o art. 1º do Decreto 20.910/1932, pois aplicou o dispositivo legal em conformidade com o entendimento pacífico do STJ, no sentido de que qualquer ação ou direito contra a União, Estados e Municípios, com o escopo de cobrar dívidas passivas, prescrevem em cinco anos.**

**2. O Tribunal goiano, soberano na análise do contexto fático-probatório, decidiu a lide com fundamento na Lei estadual 14.226/2002, que previa a concessão de pensões especiais às pessoas irradiadas ou contaminadas que trabalharam na descontaminação da área acidentada com o Césio 137, na vigilância do Depósito Provisório em Abadia de Goiás e no atendimento de saúde às vítimas diretas do acidente.**

**3. Com relação ao valor dos proventos do recorrido, a Corte estadual interpretou a Lei 8.033/1975 - Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás-, tendo concluído pela procedência do pedido, portanto não pode o STJ adentrar na análise do mérito da quaestio, sob pena de transgredir a Súmula 280/STF.**



4. A apreciação das questões suscitadas pelo recorrente foi solucionada com base nas Leis estatuais 8.033/1975 e 14.226/2002, o que faz incidir, por analogia, o óbice constante da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, in verbis: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.656.909/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 6/6/2017, DJe 21/6/2017)

Ainda nessa linha, vale ressaltar o entendimento do STJ no sentido de que, nos termos da teoria da *actio nata*, o prazo prescricional tem início a partir da ciência inequívoca do dano sofrido pela parte autora da demanda. Destaque-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS DECORRENTES DE ERRO MÉDICO. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA VÍTIMA DO DANO IRREVERSÍVEL. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. REVISÃO DOS VALORES ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO E IMPOSSIBILIDADE DE PENSIONAMENTO DE UM SALÁRIO MÍNIMO ATÉ OS 70 ANOS DE IDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO INTERNO DO ENTE FEDERATIVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Esta Corte Superior entende que o dies a quo do prazo prescricional para o ajuizamento de ação de indenização é contado a partir do momento em que for constatada a efetiva lesão material e a extensão de seus efeitos (REsp. 1.213.662/AC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 3.2.2011; AgRg no Ag 1.098.461/SP, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 2.8.2010).

2. O termo inicial da contagem do prazo prescricional, no caso dos autos, é o dia 12.03.2002, e não o dia 27.05.1995 (época do evento danoso), visto que a parte autora só tomou ciência definitiva da seqüela causada por erro médico após laudo exarado pelo médico do Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Diante disso, proposta a ação em 28.03.2002, não há se falar em fulminação do lastro prescricional quinquenal.

3. O pedido de revisão dos valores arbitrados a título de

# *Superior Tribunal de Justiça*

*indenização e das condições para o pensionamento de um salário mínimo até a parte autora completar 70 anos é verdadeira inovação recursal, porquanto não foi deduzido no tempo oportuno, qual seja, no Recurso de Apelação e nas Contrarrazões, operando a preclusão consumativa.*

*4. Agravo Interno do Ente Federativo a que se nega provimento.*

**(AgInt no REsp 1.349.277/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 27/2/2018, DJe 13/3/2018)**

**ANTE O EXPOSTO**, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator